



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Rua Cel. Walter Kramer, 357 – Parque Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ
AUDITORIA INTERNA
Sala 19 Tel.: (22) 2737-5668 – e-mail: audinterna@iff.edu.br

Relatório de Auditoria 06/2025

TEMA:	Produção Agropecuária	CAMPUS:	Bom Jesus do Itabapoana
PERÍODO AUDITADO:	2025	PROCESSO PEN:	23317.000843.2025-12
UNIDADE GESTORA:	IFF – REITORIA	CÓDIGO DA UG/UORG:	158139
TIPO DE AUDITORIA:	Operacional	EMIÇÃO DO RELATÓRIO:	20/01/2026

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA AUDINT?

. Produção Agropecuária no campus Bom Jesus do Itabapoana.

O trabalho tem como escopo avaliar: os mecanismos de controle da produção agropecuária no campus Bom Jesus, e o registro dessa produção; identificar riscos e avaliar os controles internos, a fim de contribuir para o fortalecimento das atividades voltadas à produção agropecuária institucional; identificar pontos de melhoria nos métodos utilizados.

POR QUE A AUDINT REALIZOU ESSE TRABALHO?

Em 2024, no processo de elaboração do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) 2025, a chefia da Auditoria Interna consultou a comunidade interna, por meio de formulário eletrônico, acerca de temas relevantes para auditoria. Entre as sugestões recebidas, destacou-se a realização de auditoria na produção agropecuária do campus Bom Jesus do Itabapoana, tema inédito na instituição, razão pela qual a demanda foi incluída no PAINT do exercício.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDINT? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

Concluiu-se que a produção agropecuária do campus possui capacidade operacional, porém fragilidades na governança, planejamento e controles internos, especialmente quanto à comunicação, responsabilidades, planejamento integrado ao orçamento e padronização dos registros, recomendando-se a formalização de fluxos e atribuições, a institucionalização do planejamento anual e o aprimoramento dos controles, visando eficiência, transparência e economicidade.



1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, cumprindo a atribuição estabelecida no Decreto nº 3.591, de 06/09/2000, alterado pelo Decreto nº 4.304, de 16/07/2002, e em atendimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2025, aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 293, de 13/12/2024, item 5 – Relação dos Trabalhos e Ações Previstos para o Exercício 2025, Avaliação ID nº 73, apresenta, para apreciação e conhecimento, o Relatório de Auditoria Interna nº 06/2025, que versa sobre produção agropecuária no *campus* Bom Jesus do Itabapoana.

A produção agropecuária constitui um conjunto de atividades essenciais para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, pois abrange práticas voltadas ao cultivo vegetal e à criação animal, à gestão dos recursos naturais e à aplicação de tecnologias que promovam eficiência, sustentabilidade e segurança.

Em ambientes institucionais, como no presente caso, essas atividades assumem papel ampliado: não apenas geram produtos e insumos, mas também servem como espaço de aprendizagem prática, experimentação científica, inovação tecnológica e extensão comunitária.

Nesse contexto, compreender a organização, o funcionamento e os resultados da produção agropecuária do *campus* é fundamental para avaliar de que modo os recursos públicos são empregados, como os processos produtivos se articulam com as finalidades acadêmicas e quais impactos são produzidos sobre o território e a comunidade. A produção agropecuária, enquanto sistema complexo, envolve planejamento, manejo adequado de solo e água, controle de insumos, uso de tecnologias apropriadas, práticas de bem-estar animal, gestão de riscos e adoção de medidas de sustentabilidade ambiental.

Diante disso, este Relatório de Auditoria busca examinar, sob uma perspectiva técnica e sistêmica, se as atividades agropecuárias do *campus* estão estruturadas conforme princípios de eficiência, eficácia, economicidade e sustentabilidade, bem como alinhadas às normativas vigentes e às metas institucionais. Ao abordar os aspectos conceituais, procedimentais e gerenciais envolvidos, pretende-se oferecer uma visão abrangente do desempenho dos setores e subsidiar o aprimoramento contínuo das práticas agropecuárias no âmbito do *campus* Bom Jesus do Itabapoana.

2. OBJETIVO E EXTENSÃO DOS TRABALHOS

De acordo com o ofício de abertura enviado às unidades auditadas no bojo do processo SUAP, o trabalho tem como objetivos: a) avaliar os mecanismos de controle da produção agropecuária (produção agrícola, bovina, suína, caprina, etc.) no *campus* Bom Jesus, e o registro dessa produção (semoventes, produção animal e vegetal); b) avaliar os dados da produção agropecuária obtida no *campus* Bom Jesus do Itabapoana abrangendo os insumos adquiridos (licitados) e fornecidos aos setores produtivos, a produção total obtida, a produção destinada ao refeitório, a produção descartada e a produção excedente escoada no Posto de Vendas, bem como os critérios de



precificação dos produtos excedentes da produção agrícola e agroindustrial; c) identificar riscos e avaliar os controles internos, a fim de contribuir para o fortalecimento das atividades voltadas à produção agropecuária institucional; d) identificar pontos de melhoria nos métodos utilizados.

Para fins de definição do escopo desta auditoria foram elaboradas a Matriz de Riscos e Controles (MRC), a fim de identificar riscos e avaliar controles internos, e a Matriz de Planejamento, a fim de nortear a execução das atividades, definindo detalhadamente cada procedimento a ser testado, bem como os parâmetros para auditoragem.

3. LIMITAÇÃO DE ESCOPO

Não houve envio de documentos de todos os setores sobre a produção descartada, critérios de precificação dos produtos excedentes e a produção excedente escoada no Posto de Vendas, por isso informamos a limitação de escopo para os itens.

Remetido o Relatório Preliminar às unidades auditadas, a Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária ponderou, via e-mail, o seguinte:

Em atenção ao Relatório de Auditoria Interna nº 06/2025, que avaliou a produção agropecuária do Campus Bom Jesus do Itabapoana, apresentamos as considerações técnicas a seguir, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do diagnóstico e a adequada qualificação dos achados e limitações de escopo apontados.

Inicialmente, registra-se concordância com a conclusão geral do relatório quanto à existência de capacidade operacional da produção agropecuária do campus, bem como com a identificação de fragilidades relacionadas à governança, ao planejamento e aos controles internos, especialmente no que se refere à formalização de fluxos e à padronização de registros.

No tocante à limitação de escopo registrada quanto à ausência de informações consolidadas sobre a destinação da produção excedente escoada no Posto de Vendas, entende-se pertinente qualificar a origem dessa limitação. A produção agropecuária do campus é realizada de forma descentralizada nos laboratórios didáticos e produtivos, no contexto de aulas práticas, projetos de pesquisa e ações de extensão, sendo o Posto de Vendas apenas um dos possíveis canais de escoamento da produção excedente. Parte significativa da produção é destinada diretamente ao refeitório institucional, utilizada integralmente em atividades pedagógicas, doada em ações institucionais ou comercializada por meio de arranjos específicos, como a entrega de leite à Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana (CAVIL), não transitando pelo Posto de Vendas.

Nesse sentido, os registros primários da produção e de sua destinação encontram-se vinculados aos respectivos laboratórios e setores produtivos. A consolidação institucional dessas informações — especialmente quando envolve múltiplos canais de destinação — depende da existência de fluxos formais, sistemas unificados e diretrizes institucionais cuja definição e coordenação competem à Direção do Campus. Assim, a ausência de informações consolidadas à época da auditoria não decorre de falha operacional dos setores produtivos, mas da inexistência de mecanismos institucionais formalizados para centralização e disponibilização desses dados, caracterizando fragilidade de governança.

Adicionalmente, entende-se necessário explicitar no relatório fragilidades relacionadas aos registros da produção destinada aos laboratórios de processamento animal e vegetal (agroindústria) e que foram efetivamente processados, produtos gerados e sua destinação, além daqueles que foram descartados. A inexistência de registros sistematizados e padronizados dessas informações, inclusive das perdas e descartes ao longo dos

processos produtivos e de transformação impede a avaliação completa da eficiência produtiva e compromete a mensuração do custo real de manutenção dos laboratórios de agropecuária.

Ressalta-se que tais informações são estratégicas para a apuração da receita própria potencial do campus e para a análise do impacto da produção agropecuária na mitigação dos custos institucionais, seja pelo fornecimento ao refeitório, pela comercialização de excedentes ou por outros mecanismos de escoamento. A ausência desses dados compromete a tomada de decisão gerencial, o planejamento orçamentário e a avaliação da economicidade da produção institucional.

Diante do exposto, sugere-se que o relatório explicita que as limitações identificadas decorrem de fragilidades institucionais de governança da informação e de ausência de fluxos e sistemas formalizados sob responsabilidade da gestão do campus, bem como que seja considerado o aprofundamento da análise, com especial atenção aos setores de agroindústria e aos mecanismos de registro da produção destinada para processamento.

As presentes considerações são apresentadas com o intuito de contribuir para o aprimoramento contínuo da gestão da produção agropecuária institucional, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, transparência e sustentabilidade do uso dos recursos públicos.

Manifestação da Auditoria Interna: embora a manifestação tenha trazido esclarecimentos adicionais, não trouxe elementos capazes de alterar as constatações, conclusões ou recomendações inicialmente apresentadas.

4. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

A metodologia utilizada nesta auditoria, considerando o objetivo, o escopo e a natureza do trabalho realizado, consistiu na identificação de riscos e avaliação de controles internos na **Matriz de Riscos e Controles** e realização de avaliação sobre questões propostas e documentos disponibilizados segundo os critérios propostos na **Matriz de Planejamento**.

Para tal avaliação, utilizou-se a técnicas de auditoria interna denominadas “análise documental”, “indagação” e “visita técnica”.

5. AMOSTRAGEM

Não se trata de auditoria realizada por amostragem.

6. RESULTADOS ESPERADOS

O resultado esperado com o presente trabalho é o aperfeiçoamento da estrutura de controles internos estabelecida pelo instituto para a produção agropecuária no *campus* Bom Jesus do Itabapoana, bem como o fortalecimento da qualidade e da relevância social das ações nesta área.

Os benefícios provenientes deste trabalho refletirão no aprimoramento das atividades de controle, na transparência e eficiência das despesas realizadas.

7. RESPONSABILIDADE

A adoção das recomendações contidas neste Relatório é responsabilidade da alta administração, que tem como missão zelar pelo fortalecimento dos controles internos da entidade, aceitando formalmente o risco associado caso decida por não realizar nenhuma ação, conforme o disposto no item nº 176 da Instrução Normativa nº 003/2017/CGU.

O processo de gerenciamento de riscos é responsabilidade da alta administração e do CONSUP, e deve alcançar toda a organização. Assim, a administração é a principal responsável por implementar controles internos, prevenir, detectar e mitigar riscos, inclusive os de fraude e corrupção.

O planejamento e a execução de todo o processo de auditoria foram realizados pela auditora signatária. A responsabilidade por este trabalho é compartilhada, na medida de sua atribuição, conforme limite definido internamente pela unidade de Auditoria Interna, com a auditora revisora e o Auditor-Chefe.

8. FATOS CONSTATADOS

Achado 01: Fragilidade nos fluxos formais de comunicação entre os setores envolvidos na produção agropecuária

Critérios: Princípio da eficiência (CF/88); Manual do PEN do IFFluminense.

Situação encontrada:

Não há fluxos formais e eficazes de comunicação estabelecidos entre os setores envolvidos na produção agropecuária, a saber, entre o setor administrativo e o setor produtivo/acadêmico.

A troca de informações ocorre de maneira pontual, informal e/ou sem padronização, o que gera falhas de alinhamento e retrabalho.

Consoante o Colegiado do *campus*, composto pelos docentes dos Cursos Técnicos em Agropecuária e Zootecnia, "há grande dificuldade de comunicação e alinhamento com responsáveis de laboratórios, o que tem agravado a inconsistência e fragmentação das informações operacionais".

Ademais, tanto o Colegiado do *campus* quanto a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Produção do Campo remeteram à Auditoria cópias de e-mails e processos administrativos no SUAP que reforçam que a comunicação entre eles não é tempestiva e efetiva.

Assim, opina-se pela **não conformidade** com o critério.

Causas: a) Cultura organizacional baseada na informalidade: algumas operações priorizam a prática e a agilidade em razão da produção envolvida, o que leva à excessiva comunicação verbal, sem registros ou procedimentos definidos; b) Falta de padronização de processos: quando os processos não estão documentados ou mapeados, a



comunicação também tende a não ser formalizada; c) Desconhecimento sobre os benefícios: como não há clareza de que fluxos formais aumentam eficiência, reduzem erros e facilitam rastreabilidade, a formalização não é priorizada.

Consequências: a) Falta de padronização das informações, já que cada setor comunica-se de um modo; b) Riscos de interpretações divergentes, principalmente em processos que exigem precisão, como manejo, logística, insumos e registro de dados; c) Retrabalho, pois informações se perdem ou são repassadas de forma incompleta; d) Dificuldade de rastreamento, já que não há registros formais que permitam acompanhar o fluxo da comunicação.

Grau de impacto: Alto

Remetido o Relatório Preliminar às unidades auditadas, a Diretoria Geral, a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Produção do Campo do *campus* Bom Jesus do Itabapoana ponderaram, via e-mail, o seguinte:

Cumpramos esclarecer que o termo “Colegiado do campus” não cabe neste contexto. O colegiado é sempre ligado a um curso, e, neste caso, foram os colegiados dos cursos técnicos em agropecuária, e técnico em zootecnia.

Registro a Discordância nesse achado, uma vez que conforme Portaria DGCBJESUS/REIT/IFFLU N° 21, de 16 de fevereiro de 2023, que aprova o Regimento Interno para Funcionamento das Atividades Relacionadas ao Campo no Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) Campus Bom Jesus do Itabapoana, e, ORDEM DE SERVIÇO 8/2024 - DGCBJESUS/IFFLU, de 20 de maio de 2024, que atualiza o rol de servidores responsáveis pelos Laboratórios/Biotérios do IFFluminense Campus Bom Jesus do Itabapoana, existe uma coordenação conjunta entre Docente e Tae em cada laboratório ligado a área produtiva. Logo, os próprios docentes ligados aos colegiados citados, são os mesmos docentes coordenadores de laboratórios. Sendo assim, discordo da afirmação "há grande dificuldade de comunicação e alinhamento com responsáveis de laboratórios, o que tem agravado a inconsistência e fragmentação das informações operacionais", uma vez que são os mesmos servidores envolvidos nas ações de planejamento das atividades dos referidos laboratórios.

Para além disso, há grandes críticas e resistência quando solicitado pela Gestão o envio formal de demandas, o relato oficial de problemas, o registro de esclarecimentos ou justificativas de situações diversas, entre outras questões que requerem procedimentos documentais, sob alegação de a Gestão estar intensificando a burocracia em seu sentido disfuncional, ou seja, os setores produtivos/acadêmicos tendem a destacar o lado negativo da organização administrativa proposta visualizando-a como sinônimo de excesso de formalismo e lentidão.

Manifestação da Auditoria Interna: embora a manifestação tenha apresentado Ordem de Serviço e o Regimento Interno para Funcionamento das Atividades Relacionadas ao Campo, as unidades não trouxeram elementos capazes de alterar as constatações, conclusões ou recomendações inicialmente apresentadas.

Achado 02 – Deficiência nos mecanismos formais de articulação intersetorial e acompanhamento das ações**Critério:** Princípios do planejamento e eficiência (CF/88, Lei 10.180/2001)**Situação encontrada:**

Os setores envolvidos não realizam reuniões regulares e documentadas. Atualmente, não existe um processo formalizado que assegure a periodicidade dos encontros intersetoriais, nem um padrão para registro das decisões, encaminhamentos e responsáveis.

Essa ausência demonstra uma fragilidade estrutural no modelo de governança interna, reforçando o achado anterior, a saber, que a comunicação entre as áreas ocorre de forma pontual, reativa e sem rastreabilidade adequada.

Como resultado, o *campus* perde a capacidade de monitorar a evolução das atividades, consolidar aprendizados, justificar decisões e garantir alinhamento contínuo entre os setores.

Consoante o Setor de Agroecologia, que manifesta por escrito o que posteriormente foi, guardadas as peculiaridades de cada setor, reforçado pelo Colegiado do *campus* na visita técnica realizada pela Auditoria no *campus* em 12/09/2025,

(...) não há um apoio institucional mínimo por parte do IFF. Tal ausência compromete o fortalecimento de ações que poderiam posicionar o campus como referência em práticas sustentáveis. É lamentável que, em um contexto em que a sustentabilidade deveria ser prioridade, o setor de produção vegetal ainda receba atenção quase nula, com percentuais de apoio próximos de zero. A carência de investimentos e incentivos institucionais limita a consolidação de projetos que possuem enorme potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável regional e para a formação de profissionais engajados com os desafios contemporâneos da agroecologia. (...)

Assim, opina-se pela **não conformidade** com o critério.

Causas: a) Carência de padronização interna: inexistência de políticas ou procedimentos que exijam reuniões periódicas; b) Baixo nível de maturidade em gestão: cultura organizacional pouco orientada a reuniões regulares; c) Sobrecarga operacional: equipes focadas apenas em demandas urgentes, negligenciando reuniões para alinhamento; d) Falta de clareza sobre responsabilidades: ausência de definição clara de quem deve convocar, conduzir e registrar as reuniões; e) Carência de ferramentas adequadas: inexistência de um sistema de agenda ou atas de reuniões; f) Falta de treinamento ou capacitação: os servidores não são treinados para comunicar necessidades e registrá-las, de modo que as reuniões são desestruturadas

Consequências: a) Desalinhamento entre áreas: decisões são tomadas sem coordenação, aumentando riscos de retrabalho; b) Perda de informações: sem atas, acordos e deliberações não ficam registrados, dificultando rastreabilidade; c) Atrasos em projetos: falta de acompanhamento sistemático gera falhas de comunicação e



gargalos; d) Conflitos internos: expectativas não alinhadas geram interpretações divergentes; e) Baixo nível de governança: ausência de registros prejudica auditorias, conformidade e melhoria contínua.

Grau de Impacto: Alto

Remetido o Relatório Preliminar às unidades auditadas, a Diretoria Geral, a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Produção do Campo do *campus* Bom Jesus do Itabapoana ponderaram, via e-mail, o seguinte:

Novamente, destaca-se que o termo “Colegiado do campus” não cabe neste contexto. O colegiado é sempre ligado a um curso, e, neste caso, foram os colegiados dos cursos técnicos em agropecuária, e técnico em zootecnia.

Registro a Discordância neste achado. Embora não haja um processo formalizado específico que estabeleça a periodicidade das reuniões intersetoriais e um modelo padronizado de registro, a articulação entre os setores ocorre de forma contínua, sendo, por exemplo, realizado reuniões semanais ou quinzenais, entre Diretoria de Planejamento, Coordenação de Produção do Campo, Coordenação de Produção Agroindustrial, e Coordenação de Alimentação e Nutrição, para planejar a produção que será encaminhada ao refeitório, para consumo interno dos estudantes.

As decisões e encaminhamentos são registrados por cada responsável, os quais asseguram o acompanhamento das ações e a responsabilização dos envolvidos. Dessa forma, entende-se que os mecanismos existem, embora possam ser aprimorados, e definidos novos fluxos padronizações para facilitar o rastreamento de informações. Em tempo, registra-se a dificuldade em mão de obra, com quadro de servidores defasados, que dificultam todas essas atividades.

Manifestação da Auditoria Interna: considerando que o achado trata justamente da ausência de mecanismos formais e a manifestação reconhece que não há processo formalizado específico, as unidades não trouxeram elementos capazes de alterar as constatações, conclusões ou recomendações inicialmente apresentadas.

Achado 03 – Deficiências na atribuição, distribuição e execução de responsabilidades institucionais

Critério: Princípios do planejamento e eficiência (CF/88, Lei 10.180/2001)

Situação encontrada:

As responsabilidades e atribuições não estão claramente estabelecidas. Atualmente, o *campus* apresenta lacunas significativas na definição de papéis e funções, resultando em ambiguidades na execução de tarefas e na tomada de decisão.

A inexistência de documentação oficial, como descrições de cargos ou procedimentos de atribuição de responsabilidades, impede que servidores compreendam seus limites de atuação, prioridades e interdependências com outras áreas.

Essa indefinição compromete a eficiência operacional, aumenta o risco de erros e retrabalho, enfraquece a responsabilização individual e dificulta a governança corporativa, impactando diretamente na qualidade, na produtividade e na conformidade com normas internas e externas.

Consoante o Colegiado do *campus*,

A coordenação do curso e a maior parte dos membros do colegiado enfrentam carga de trabalho elevada, **acumulando simultaneamente atividades de gestão, ensino, planejamento pedagógico, supervisão de laboratórios, condução de projetos de pesquisa, extensão e ações operacionais de apoio aos setores produtivos (...)** Adicionalmente, registra-se que: a Coordenação de Campo **não tem exercido, de forma efetiva, suas atribuições previstas em OS, especialmente no que se refere à consolidação de informações e apoio administrativo aos laboratórios;** (...) Outro fator crítico é a insuficiência de técnicos agropecuários atuando diretamente nos laboratórios. Há: laboratórios que operam sem qualquer apoio técnico presencial; casos em que um único técnico é responsável por múltiplos laboratórios simultaneamente, o que compromete a execução das rotinas operacionais e administrativas; redução significativa da capacidade operacional de manutenção, planejamento e registro. Essa carência estrutural impacta diretamente a capacidade de manter a produção de forma contínua, segura, auditável e aderente às necessidades dos cursos Técnicos em Agropecuária e Zootecnia. (...)

Há, ainda, situação de venda de bovino sem ciência da Diretoria de Planejamento (DCPLANCBJI) e com autorização da Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária (CCATPCBJI), o que denota a ausência de definição de responsabilidades, como se nota nos e-mails trocados entre 25 e 30 de abril de 2024 entre os referidos setores:

DCPLANCBJI: “Prezado, bom dia. Fomos informados sobre a saída de um bezerro na última terça, dia 23/04/2024, o qual teria sido vendido pelo setor. Como verificamos que não houve pedido de emissão de GRU para venda, também não houve solicitação de emissão de Termo de Movimentação e também não foi gerado GTA junto à Defesa Agropecuária, solicitamos esclarecimentos sobre o fato. (...)”.

CCATPCBJI: “Prezados, Houve a saída de um bezerro macho no dia informado. Eu não estava presente mas autorizei a saída para não perdemos a oportunidade de se desfazer desse animal que não nos interessava manter por necessidade de espaço no bezerreiro e minimização de custos. A emissão de GTA para o mesmo não é possível pois não existe na ficha sanitária, animal registrado para a categoria. Esse lançamento no sistema, no entanto, está suspensa por ser tratar de mês de vacinação de aftosa. Assim que a GRU for paga irei informar pois estou em viagem com estudantes e o dinheiro está no laboratório. Aproveito o ensejo para solicitar celeridade na definição do procedimento padrão para venda de animais e/ou abate. Saliento que isso demandará, dentre outros, a atualização rotineira da ficha sanitária junto a defesa. Sem a qual, a emissão de guias de trânsito fica sendo feito de forma irregular por não corresponder a categoria correta dos animais que estão saindo. Além disso, da mesma forma, (...) o uso do termo de transferência para fins de procedimento regular não substitui legalmente a necessidade de notas fiscais para fins de emissão de GTA. Por fim, informo pela terceira vez sobre a necessidade de realização de leilão de animais para desfazimento de animais de grande porte que não temos interesse em manter no laboratório e que, com a chegada do período seco do ano, irão aumentar a demanda de suplementação volumosa de forma a comprometer desnecessariamente o suprimento regular do rebanho. Sobre esse tema aproveito para informar que com o enchimento do lago acima de todos os limites já vistos, superando a capacidade de drenagem do monge, toda a silagem do silo estragou. Somado a isso, por estamos sem colheitadeira funcionando, o capiacu disponível já passou do período ideal de colheita e posterior ensilagem. Para piorar o cenário, a quantidade de adubo adquirida após contingenciamento solicitado pelo planejamento, não é suficiente para manter a produção de pastagens com capacidade de suportar as vacas durante o período de estiagem. Mesmo que tivéssemos fertilizante, a bomba de irrigação está sem funcionar. (...)”.

DCPLANCBJI: “Prezados, bom dia. Peço, por gentileza, maiores detalhes do que seria o ‘minimização de custos’ em detrimento a uma questão de legalidade, considerando que o mês de vacinação para aftosa, mês de abril, finaliza em poucos dias. Por que não existe ficha sanitária para o animal registrado? Além disso, faz forçoso reiterar o pedido para que não seja guardado dinheiro dentro do laboratório de bovinocultura, uma vez que já tivemos problemas com desaparecimento de valores ocorrido no mesmo local. Quanto a definição de procedimentos padrões para a venda de animais, como é de conhecimento de todos, sofreremos com sérios problemas em decorrência da enchente que devastou a região, incluindo uma parte considerável do campus, e, assim, precisamos inicialmente concentrar esforços no retorno das atividades. Vou convocar uma reunião para a próxima semana junto à Comissão nomeada para esta finalidade, para que possamos dar andamento neste trabalho de definição de vendas de animais.

Como você mesmo citou o Rafael Loures no e-mail anterior, o copio nesta resposta, pois acredito que ele como RT dos biotérios deve estar ciente e ser o responsável pela atualização rotineira da ficha sanitária dos animais junto a defesa, conforme solicitado. Sobre a realização do leilão, tínhamos conversado pessoalmente, onde informei o volume de demandas do setor, e, por isso, ainda não tinha conseguido parar para analisar tal questão. Apesar de ser ainda um assunto sem muita clareza, pois ainda não é de conhecimento desta Diretoria de Planejamento os relatórios solicitados sobre custos e produções dos setores agropecuários do campus (solicitado pela contabilidade através do Processo 23317.000837.2022-12, recebido pela CCTAPCBI em 20/06/2023, ou seja, sem retorno há mais de 10 meses). No entanto, também como é de conhecimento das Coordenações, que a pedido da Pró-Reitoria de Administração do IFF, foi criada uma Comissão responsável pela elaboração de um estudo de viabilidade dos setores produtivos do campus. Acredito que possamos dar andamento nas duas ações em paralelo: a confecção destes relatórios, e a preparação para realização do leilão de animais.

Assim, conforme orientações repassadas pela Diretoria de Planejamento do campus, o primeiro e crucial passo a ser realizado é a instrução processual para contratação dos serviços de leiloeiro, a ser realizado pelo requisitante (Vinicius já está em cópia no e-mail, pode encaminhar as informações para que ele possa abrir o processo). Ficamos no aguardo do encaminhamento deste processo para que os trâmites licitatórios sejam realizados.

Em tempo, não foi informado no relatório de danos ocasionados pela enchente do setor que toda a silagem do silo havia estragada. Imagino que seja apenas do silo que foi criado mais recentemente próximo ao lago, local onde previamente assume-se risco de cheias, mas que os outros, próximos a sede do laboratório não tenham sido afetados. Quanto a colheitadeira, ela foi encaminhada para manutenção em 04/03/2024, sob supervisão do setor de mecanização com o servidor Clinimar, que apesar de já termos cobrado a oficina, o reparo ainda não foi finalizado. Colheitadeira essa que apresentou problemas após um empréstimo a Cavil, e, mesmo após o reparo, Clinimar sempre reclamou que ela não tinha voltado a mesma coisa e que daria problema novamente.

Clinimar informou ainda que agora a própria Cavil tem uma colheitadeira nova, ela não poderia nos emprestar pra fazer essa colheita de capiaçu? E como já é de conhecimento da coordenação do laboratório de bovinocultura que o nosso equipamento estava com defeito, o capiaçu não poderia ter sido aproveitado de outra forma, como por exemplo, picando para o gado? Já que foi informado uma falha no setor de mecanização, (...) e vou conversar com os servidores responsáveis pelo setor para que não volte a ocorrer. Por fim, informo ainda que o setor de mecanização está providenciando uma compra emergencial de adubos e de manutenção de moto bombas”.

Assim, opina-se pela **não conformidade** com o critério.

Causas: a) Ausência de organogramas detalhados, com descrições de cargos que contemplem funções e limites de atuação; b) Políticas internas desatualizadas ou inexistentes, sem detalhamento das atribuições por área ou função; c) Equipe reduzida ou multifuncional: as mesmas pessoas desempenham diversas funções. Há sobrecarga de tarefas e multifuncionalidade, tornando difícil separar responsabilidades; d) Falta de comunicação clara entre setores, que leva a dúvidas sobre quem deve realizar cada atividade.

Consequências: a) Confusão operacional e retrabalho, devido à sobreposição de tarefas ou lacunas na execução; b) Dificuldade em responsabilizar servidores por falhas ou atrasos; c) Atrasos em projetos e processos, gerados pela incerteza sobre quem deve tomar decisões ou executar tarefas; d) Conflitos internos, pois múltiplos

servidores ou setores disputam atribuições; e) Baixa eficiência e produtividade, com perda de tempo em alinhamentos informais; f) Impacto na governança e compliance, pois processos críticos não têm responsáveis formalmente definidos.

Grau de Impacto: Alto

Remetido o Relatório Preliminar às unidades auditadas, a Diretoria Geral, a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Produção do Campo do *campus* Bom Jesus do Itabapoana ponderaram, via e-mail, o seguinte:

Cumprе ressaltar que o termo “Colegiado do *campus*” não cabe neste contexto. O colegiado é sempre ligado a um curso, e, neste caso, foram os colegiados dos cursos técnicos em agropecuária, e técnico em zootecnia.

Registro a Discordância nesse achado, uma vez que conforme Portaria DGCBJESUS/REIT/IFFLU N° 21, de 16 de fevereiro de 2023, que aprova o Regimento Interno para Funcionamento das Atividades Relacionadas ao Campo no Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) Campus Bom Jesus do Itabapoana, as atribuições, distribuição e execução de responsabilidades institucionais estão bem definidas.

Neste achado ainda registro a atuação da Comissão incumbida de definir os trâmites de vendas de animais e vegetais que fazem parte dos laboratórios vivos do IFFluminense Campus Bom Jesus do Itabapoana, instituída através da PORTARIA DGCBJESUS/IFFLU N° 14, de 12 de março de 2024. O trabalho desta Comissão resultou na RECOMENDAÇÃO 11/2024 - CCCBJI/DGCBJESUS/IFFLU, aprovada pelo Conselho do Campus, definindo um fluxo de vendas de excedentes produtivos do Campus Bom Jesus do Itabapoana.

Manifestação da Auditoria Interna: embora a manifestação tenha indicado diversas normas, o achado constata que há responsabilidades não previstas em normas, bem como a deficiência na execução das responsabilidades institucionais, de modo que as unidades não trouxeram elementos capazes de alterar as constatações, conclusões ou recomendações inicialmente apresentadas.

Achado 04 – Registros descentralizados e não padronizados da produção agropecuária

Critério: Lei nº 4.320/64, art. 94; Lei 12.097/2009, art. 4º; Lei 8.171/1991, art. 27-A; Princípios de fidedignidade e rastreabilidade de dados (Lei 12.527/2011).

Situação encontrada:

Não existem controles adequados e padronizados para o registro da produção, insumos e movimentações.

Atualmente, o *campus* opera com registros fragmentados e inconsistentes, muitas vezes realizados de forma manual, informal ou isolada por setor.

Essa ausência de padronização impede a rastreabilidade confiável de matérias-primas, produtos em processo e produtos acabados, comprometendo a confiabilidade das informações gerenciais, a eficiência operacional e a tomada de decisões estratégicas.

A falta de integração e uniformidade nos registros aumenta o risco de erros, perdas, desvios e retrabalho, além de dificultar auditorias internas e externas e prejudicar a conformidade com normas de qualidade e governança.

A inexistência de um modelo padronizado também gera dependência do conhecimento individual dos servidores, dificultando a continuidade operacional e expondo o *campus* a riscos operacionais e financeiros significativos.

Consoante o Colegiado,

Apesar de a OS 'Responsabilidade dos Laboratórios Agropecuários' atribuir formalmente à Coordenação do Campo a responsabilidade pela consolidação das informações de produção, o campus não dispõe de qualquer ferramenta institucional padronizada que permita registro auditável e integrado das atividades dos laboratórios.

Ao longo do ano, foram feitas tentativas pela coordenação do curso de criar essa padronização, incluindo: aquisição, por conta própria, de uma ferramenta digital; mapeamento da necessidade de registro multiusuário em rede; definição de parâmetros de controle para todas as unidades produtivas.

No entanto, tais esforços foram inviabilizados porque: os computadores dos laboratórios são insuficientes ou incompatíveis tecnicamente; não existem computadores dedicados em laboratórios essenciais; o sistema adquirido não pôde ser instalado pelas limitações do parque tecnológico; a Coordenação de TI do campus foi procurada para buscar solução técnica, mas a demanda não foi atendida. (...).

Além deste relato, os e-mails enviados pela Coordenação de Produção do Campo, a fim de evidenciar a solicitação aos setores produtivos do registros de dados, comprovam, em verdade, que a própria Coordenação flexibiliza o registro ao informar que o preenchimento das planilhas é recomendado, não obrigatório.

Veja-se, por todos, o e-mail enviado pela Coordenação de Produção do Campos em 31/05/2023:

Boa tarde. Encaminho as planilhas para controle da produção do campo. O uso das mesmas começa no mês de junho. **O preenchimento diário é desejável, mas não obrigatório.** Os campos "Valor Médio" e "Valor Médio Total" não devem ser preenchidos. Solicito que me enviem os dados de produção referentes aos meses de janeiro a maio até o dia 15/06/2023. As planilhas são simples e podem receber alterações levando em conta as especificidades dos laboratórios. Para isso, basta me passar as necessidades de modificações que estarei realizando. (...)

Por derradeiro, a Auditoria recebeu da Coordenação da Produção do Campo registros de vários setores em diversos formatos: pdfs, planilhas de Excel, físicos digitalizados.

Assim, opina-se pela **não conformidade** com o critério.

Causas: a) Ausência de políticas e procedimentos padronizados para registros de produção, insumos e movimentações; b) Dependência de registros informais ou manuais, sem sistemas eletrônicos de apoio; c) Falta de integração entre setores, cada área mantém seus próprios controles, sem uniformização; d) Cultura operacional voltada à execução imediata, negligenciando documentação e rastreabilidade; e) Recursos limitados ou

inadequados (tecnologia, formulários, sistemas ou treinamento): a falta de sistemas de gestão, aplicativos ou plataformas de registro resulta na ausência de controle padronizado.

Consequências: a) Dificuldade de rastreabilidade, impossibilitando identificar a origem de materiais ou desvios de produção; b) Perdas de insumos e desperdícios, devido à falta de registro preciso de movimentações; c) Inconsistências nos relatórios de produção, comprometendo planejamento e tomada de decisão; d) Dificuldade em identificar falhas de processo, atrasando ações corretivas e melhoria contínua; e) Conflitos internos e retrabalho, gerados pela divergência de informações entre setores.

Grau de Impacto: Alto

Remetido o Relatório Preliminar às unidades auditadas, a Diretoria Geral, a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Produção do Campo do *campus* Bom Jesus do Itabapoana ponderaram, via e-mail, o seguinte:

Registro novamente a Discordância nesse achado. O campus registra no PDTIC (plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, desde 2019, a necessidade de se implantar um software de gestão de produção agroindustrial. Com este software espera-se que o campus possa automatizar todo o processo de produção agroindustrial com entradas e saídas e, com isso, ter um controle automatizado sobre o que é consumido em aulas e no refeitório. O PDTIC vem sendo renovado a cada dois anos, e a demanda continua registrada, atualmente com ID de número D33, com prioridade alta e prazo estimado para conclusão no segundo semestre de 2025. No entanto, o módulo ainda não foi desenvolvido pela DGTI.

Mesmo assim, enquanto esta unidade ainda não possui uma ferramenta oficial desenvolvida, a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Produção do Campo, fizeram planilhas para monitoramento dos laboratórios produtivos do campus, através do Gsuite Institucional.

As planilhas direcionadas à produção agropecuária foram encaminhadas para a auditoria. No entanto, acrescento outras planilhas ligadas principalmente à produção agroindustrial, que não faz parte do escopo deste estudo da auditoria:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1D2gS0O9Wk__tshJIBfrmGqnyN723UleaRn5xCwKAnRk/edit?usp=sharing

Trata-se ainda de uma informação que pode e deve ser aprimorada, inclusive concentrando todos os laboratórios produtivos, bem como os possíveis destinos, no entanto, já conseguimos mapear, por exemplo, o volume de leite recebido pelo setor de laticínios, o que ele se transformou em produção (iogurte, queijo, etc), e o que foi encaminhado para o refeitório, e para o posto de vendas, como excedente de produção.

Qualquer software de origem desconhecida que porventura tenha sido adquirido por particulares não cabe análise, uma vez que não atende aos critérios da Política de Segurança da Informação do Instituto Federal Fluminense (RESOLUÇÃO CONSUP/IFFLU N° 363, de 17 de dezembro 2025), muito menos houve uma consulta prévia ao setor competente para devida análise e autorização de utilização.

Registro ainda o evidente equívoco de interpretação do conteúdo textual quando é citado o trecho do e-mail da coordenação de produção do campo ao dispor que o “preenchimento diário é desejável”. Acontece que, ciente das rotinas intensas dos setores, sendo por vezes impraticável o preenchimento em tempo real, o coordenador esclarece que o lançamento das informações nas planilhas não necessita ocorrer diariamente, mas jamais dispensa que os dados de cada dia sejam devidamente registrados. Em outras palavras, todo o registro da produção deve ser realizado, dia por dia, e repassado à coordenação, seja de maneira semanal, quinzenal ou mensal. Dessa forma, não houve flexibilização quanto ao registro da produção, mas apenas adequação operacional quanto à periodicidade do envio das informações, preservando-se o controle, a confiabilidade e a completude dos dados registrados.

Manifestação da Auditoria Interna: não há “evidente equívoco de interpretação”, pois o e-mail afirma categoricamente que o preenchimento diário é desejável, mas não obrigatório, nada dispondo sobre o momento do preenchimento. Assim, o que a resposta indica é que pode ter havido equívoco na redação do e-mail. As unidades não trouxeram elementos capazes de alterar as constatações, conclusões ou recomendações inicialmente apresentadas.

Achado 05 – Fragilidade na tempestividade, padronização e tratamento dos registros da produção agropecuária

Critério: Princípios de eficiência, confiabilidade e transparência (CF/88 e Decreto 9.203/2017)

Situação encontrada:

Os registros das atividades de produção agropecuária não são atualizados de forma tempestiva nem encaminhados de maneira padronizada para tratamento e consolidação dos dados.

Foram recebidos diversos documentos em formato PDF e planilhas, elaborados pelos responsáveis dos setores de agroecologia, apicultura, avicultura, bovinocultura, cafeicultura, fruticulturas, olericultura, ovinocultura, piscicultura, produção de mudas, produção de ração e suinocultura, bem como relatórios do Colegiado.

Nestes relatórios, verificou-se a ausência de uniformidade quanto ao período de referência dos registros, havendo documentos relativos aos períodos de 2023–2024, outros de 2024–2025, sem, portanto, critério temporal definido.

Ademais, há evidências de reiteradas solicitações, por parte da Diretoria de Planejamento do *campus*, para envio dos dados, manifestando a ausência de resposta tempestiva de alguns setores.

E-mail de 08/06/2024, enviado aos setores pela Diretoria:

Prezados, bom dia. Ainda sem retorno sobre a solicitação, e que o prazo já foi extrapolado, solicitamos a gentileza de nos enviar as informações até 15/08/2024, para que não sejamos acusados de negligência dessas informações, junto à Reitoria. Desde já antecipo agradecimentos. (...).

Questionadas acerca das providências adotadas diante do atraso ou da ausência de resposta, a Direção do Campus, a Diretoria Administrativa e a Coordenação da Produção do Campo informaram que não são adotadas medidas além da reiteração dos pedidos.

Assim, opina-se pela **não conformidade** com o critério.

Causas: a) Ausência de procedimentos internos que definam prazos e responsabilidades de atualização dos registros; b) Sobrecarga operacional da equipe, dificultando a atualização tempestiva dos dados; c) Falta de sistemas ou ferramentas automatizadas para envio e compartilhamento das informações; d) Cultura de registro informal, sem priorização de prazos e padrões de qualidade; e) Falta de supervisão e/ou atuação disciplinar para garantir que os registros sejam tratados corretamente.

Consequências: a) Dados desatualizados, prejudicando decisões estratégicas e operacionais; b) Inconsistência de informações, gerando retrabalho e confusão entre setores; c) Riscos de falhas na gestão e planejamento, devido à ausência de dados confiáveis; d) Redução da eficiência operacional, com atrasos na análise e tratamento das informações; e) Comprometimento da governança, dificultando auditorias e relatórios oficiais

Grau de Impacto: Alto

Remetido o Relatório Preliminar às unidades auditadas, a Diretoria Geral, a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Produção do Campo do *campus* Bom Jesus do Itabapoana ponderaram, via e-mail, o seguinte:

Neste ponto é importante destacar que o controle de custos, o acompanhamento da produção obtida e o registro sistemático das atividades produtivas deveriam se constituir práticas inerentes à atividade agropecuária, sendo reconhecidas não apenas como instrumentos de gestão, mas também como ferramentas pedagógicas essenciais, especialmente em uma instituição de ensino voltada à formação técnica e superior na área.

Nesse contexto, os setores produtivos do campus exercem dupla função: produtiva e educacional. As rotinas de registro, apuração de custos, mensuração de produtividade, estimativa de produção esperada, formação de preço e análise de viabilidade econômica integram o conteúdo formativo que deve e precisa ser vivenciado pelos discentes, sob orientação técnica, como parte do processo de ensino-aprendizagem. Assim, a elaboração e

manutenção de registros detalhados não se restringem a uma exigência administrativa, mas refletem a própria essência da prática agropecuária ensinada aos alunos e que constituem esta unidade do IFFluminense.

Assim sendo, sob a perspectiva da Administração, sempre se pressupôs que cada setor produtivo mantivesse, de forma contínua e histórica, o controle dos dados relativos à produção, aos custos, às receitas estimadas, às perdas e aos indicadores de desempenho inerentes à atividade agropecuária. Trata-se de prática esperada e compatível tanto com a natureza produtiva das unidades quanto com o caráter formativo da instituição, não se configurando, portanto, a solicitação desses registros como fato extraordinário ou inesperado.

Nesse sentido, as demandas formuladas pela Administração tinham por objetivo dar ciência, consolidar e sistematizar informações que já deveriam estar disponíveis nos setores, e não instituir controles inéditos ou extemporâneos. A solicitação foi apresentada como procedimento administrativo padrão, voltado ao fortalecimento da governança, da transparência e do acompanhamento gerencial das atividades produtivas, bem como ao alinhamento entre as práticas operacionais e os princípios de controle interno que regem a Administração Pública.

Isto posto, registro a Discordância neste achado, no entanto, esperava-se que a auditoria pudesse atuar com recomendações de atuação disciplinar para garantir que os dados (que já deveriam existir) sejam informados de maneira tempestiva. Na maioria das vezes os prazos são solicitados e estipulados, conforme evidências previamente encaminhadas, inclusive com Processos Suap envolvendo a Reitoria, e a Pró-Reitoria de Administração.

Manifestação da Auditoria Interna: o achado constatou precisamente a fragilidade na consolidação e tratamento dos registros, que cabem ao setor administrativo. Desse modo, a resposta não trouxe elementos capazes de alterar as constatações, conclusões ou recomendações inicialmente apresentadas.

Achado 06 – Ausência de plano anual de produção integrado ao orçamento

Critério: Princípios de eficiência e economicidade (CF/88, Lei 8.429/92, Decreto 9.203/2017).

Situação encontrada:

Não existe plano anual de produção formalizado no âmbito do campus que estabeleça metas produtivas, cronograma de execução e vinculação com o planejamento orçamentário.

Verificou-se apenas a existência da Ordem de Serviço nº 16/2021, a qual dispõe sobre cronograma para aquisição de itens e insumos por setor da produção agropecuária. Contudo, a referida norma não contempla qualquer relação com o orçamento disponível, tampouco define prioridades de alocação de recursos financeiros ou tratamento com excedente de produção

Adicionalmente, relatórios encaminhados pelo Colegiado indicam atrasos significativos na atuação da Diretoria Administrativa, especialmente quanto à abertura de processos administrativos para aquisição de insumos agrícolas, em desacordo com o cronograma previsto na OS nº 16/2021.

Assim, opina-se pela **não conformidade** com o critério.

Causas: a) Ausência de metodologia estruturada para elaboração e formalização de plano; b) Integração insuficiente entre os setores produtivo, administrativo e financeiro; c) Falta de uso de dados históricos para previsão de recursos; d) Informalidade nas práticas produtivas; e) Rotina operacional intensa: a existência de períodos críticos (plantio, colheita, manejo animal) faz com que se priorize executar tarefas, deixando a relação com o orçamento.

Consequências: a) Dificuldade em prever custos e recursos necessários; b) Riscos de interrupção por falta de insumos; c) Ineficiência no uso do orçamento público; d) Fragilidade na justificativa de demandas financeiras.

Grau de Impacto: Alto

Remetido o Relatório Preliminar às unidades auditadas, a Diretoria Geral, a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Produção do Campo do *campus* Bom Jesus do Itabapoana ponderaram, via e-mail, o seguinte:

Registro a Concordância neste achado.

Manifestação da Auditoria Interna: houve concordância em relação ao achado.

Achado 07 – Planejamento da produção que não considera adequadamente recursos disponíveis, calendário acadêmico e metas produtivas

Critério: Princípios de eficiência, responsabilidade e prestação de contas (CF/88 e Decreto 9.203/2017); PDP do IFFluminense

Situação encontrada:

O planejamento da produção agropecuária não considera de forma adequada e integrada os recursos disponíveis, o calendário acadêmico e metas produtivas, embora haja reconhecimento formal, por parte do Colegiado, da importância do calendário agrícola e das condições climáticas como fatores determinantes para o funcionamento dos laboratórios das ciências agrárias.

Conforme relatado pelo Colegiado, atrasos e falhas nos processos de aquisição de insumos impactaram negativamente atividades práticas obrigatórias dos cursos, projetos de pesquisa com janelas agronômicas definidas, ações de extensão, produção de alimentos destinados ao refeitório, manejo sanitário e bem-estar animal, além do cumprimento de normas aplicáveis aos biotérios.

Destacou, como exemplo concreto, a não aquisição tempestiva de insumos necessários ao plantio de milho, o que inviabilizou reiteradamente a produção própria de silagem em 2023. Em decorrência disso, o campus realizou sucessivas aquisições emergenciais de silagem pronta, por meio dos processos administrativos nº 23323.000468/2023-51, nº 23323.001414/2023-11 e nº 23323.001435/2023-29, resultando em gasto acumulado superior a R\$ 120.071,00 apenas no referido exercício.

Assim, opina-se pela **não conformidade** com o critério.

Causas: a) Planejamento fragmentado entre setores; b) Falta de diagnóstico atualizado dos recursos existentes; c) Metas produtivas indefinidas ou não comunicadas. d) Pouca integração entre os setores produtivo, acadêmico e administrativo.

Consequências: a) Sobrecarga em períodos críticos do calendário acadêmico; b) Ineficiência no uso dos recursos humanos e materiais; c) Metas produtivas não alcançadas; d) Comprometimento de atividades pedagógicas.

Grau de Impacto: Alto

Remetido o Relatório Preliminar às unidades auditadas, a Diretoria Geral, a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Produção do Campo do *campus* Bom Jesus do Itabapoana ponderaram, via e-mail, o seguinte:

Registro a Discordância nesse achado. Em atenção ao Achado 7, cumpre esclarecer que, embora se reconheça a importância das análises realizadas pela auditoria, faz-se necessária a reavaliação das informações nele consignadas, especialmente no que se refere aos processos administrativos mencionados e às circunstâncias que motivaram as aquisições realizadas.

Num primeiro momento, o Processo nº 23323.000468/2023-51 (protocolo em 03/04/2023) apresenta, no Documento de Formalização de Demanda (DFD), a justificativa expressa de que "Tal a aquisição se deve à necessidade de manutenção adequada da alimentação dos bovinos apascentados no laboratório de bovinocultura do Campus Bom Jesus do Itabapoana com padrões de respeito ao bem-estar animal e manutenção da vida destes, à grave estiagem pela qual estamos passando e ao fato de a silagem de capiaçu que se fez no campus, não é suficiente para alimentar o rebanho pelo período necessário." Diante disso, fica claro que a aquisição foi realizada devido a condições naturais extremas e, possivelmente, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis. O Estudo Técnico Preliminar reitera as mesmas justificativas, sendo ambos documentos, assinados pelos responsáveis pelo

biotério, pelo zootecnista, coordenador do campo e diretor respectivo. O valor total da compra foi de R\$ 56.000,00. Na sequência, o Processo nº 23323.001414.2023-11 (protocolo em 17/08/2023) foi instaurado com idêntica fundamentação, porém foi finalizado 04 dias depois, em 21/08/2025, não havendo qualquer prosseguimento nos seus trâmites conforme pode ser constatado em consulta ao SUAP.

Ato contínuo, o Processo nº 23323.001435.2023-29 (protocolo em 21/08/2023), também teve início com a mesma justificativa, qual seja, a necessidade devido às condições climáticas imprevisíveis. Neste caso, houve empenho inicial de R\$ 28.000,00 - conforme 2023NE000273 - sendo posteriormente anulado o saldo de R\$ 3.829,00 o que resultou no montante efetivamente empenhado de R\$ 24.171,00.

Dessa forma, o caso concreto detalhado no Achado 7 não condiz com a realidade fática nem com os processos devidamente registrados no SUAP, já que em momento algum os processos elencados citam falhas em aquisições anteriores, não totalizam o valor de R\$ 120.071,00, mas R\$ 80.171,00 e, inclusive, um dos processos descrito sequer teve prosseguimento.

Para além do exposto, é imprescindível destacar que o ano de 2023, apontado pelo Colegiado como parâmetro de análise, foi extremamente atípico em relação aos gastos com ração animal, tendo sido registrado no Sistema de Administração Financeira um aumento expressivo desta despesa (ND 339030-06: Alimentação Animal), passando de uma média de R\$ 386.874,33, apurada nos anos de 2021 e 2022, para exatos R\$ 748.713,12 mil empenhados no único ano de 2023. O aumento foi observado e questionado ao longo do exercício financeiro aos setores técnicos/produtivos envolvidos, contudo, não houve a formalização de justificativas capazes de esclarecer, de maneira objetiva, as circunstâncias que teriam motivado alteração tão significativa na rotina operacional dos biotérios demandantes de ração. Ressalte-se, ainda, que, mesmo se considerada a aquisição de silagem mencionada no achado como fator contributivo para o aumento da despesa, o valor anual projetado, com base na média dos exercícios anteriores, alcançaria aproximadamente R\$ 505.000,00, e não o montante de R\$ 748.713,12 efetivamente executado no exercício de 2023.

Acrescenta-se o ponto que deveriam ter sido esmiuçadas tanto a consistência da informação relativa ao suposto atraso na aquisição dos insumos necessários ao plantio do milho quanto a real conjuntura da - alegada - demora, que teria culminado na compra da silagem. Observa-se que a informação descrita concentrou-se predominantemente nos processos administrativos destinados à mitigação de uma situação emergencial relacionada ao bem-estar animal, deixando em segundo plano a avaliação da complexidade dos fatores que antecederam e influenciaram o ocorrido, os quais são determinantes para a correta compreensão do contexto fático e decisório.

Diante de todo o exposto, resta evidenciado que as informações utilizadas como fundamento do Achado 7 apresentam inconsistências relevantes, tanto no que se refere aos processos administrativos efetivamente instaurados e tramitados quanto aos valores apontados em tais processos, os quais não correspondem aos registros oficiais constantes nos sistemas institucionais. Verificou-se, ainda, a utilização de dados imprecisos, com

majoração indevida de valores e a consideração de processos que não resultaram em despesa ou contratação, comprometendo a fidedignidade das conclusões apresentadas.

Adicionalmente, destaca-se que o exercício de 2023 constitui-se em período atípico sob a ótica da execução orçamentária relacionada à aquisição de ração animal, não podendo, portanto, ser adotado isoladamente como parâmetro comparativo, sob pena de distorção da análise. O aumento expressivo das despesas no referido exercício não encontra respaldo suficiente nos processos citados no achado, tampouco pode ser explicado pela aquisição pontual de silagem, o que reforça a inadequação metodológica da correlação estabelecida.

Assim, considerando as falhas nas informações apresentadas, a inconsistência dos dados utilizados e a atipicidade do exercício de 2023, solicita-se a desconsideração dos dados e das conclusões constantes no Achado 7, ou, subsidiariamente, sua revisão com base em informações corretas, devidamente comprovadas e compatíveis com a realidade administrativa e financeira da instituição. Ademais, discordo do critério utilizado para este achado “PDP do IFFluminense”. Não vejo ligação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas com planejamento de produção que não considere recursos financeiros.

Manifestação da Auditoria Interna: a situação indicada como exemplo pela Auditoria trata de situação emergencial, contrária ao planejamento que se espera para evitar, inclusive, o aumento expressivo de despesas indicado na resposta. Além disso, o PDP, que prevê o planejamento em diversas ações, é apenas um dos critérios utilizados. Em suma, as unidades não trouxeram elementos capazes de alterar as constatações, conclusões ou recomendações inicialmente apresentadas no achado.

Achado 08 – Ausência de registros financeiros sistematizados sobre a economia gerada pela destinação dos produtos agropecuários

Critério: Princípios de eficiência, responsabilidade e prestação de contas (CF/88 e Decreto 9.203/2017); IN SG nº 73/2020; PDP do IFFluminense; Lei nº 4.320/64

Situação encontrada:

Não existem registros financeiros sistematizados completos e atualizados em relação ao ágio financeiro originado da destinação da produção agropecuária que evidenciem a economia orçamentária pela destinação dos produtos agropecuários para o refeitório do campus ou para outros campi da instituição. Sem essa mensuração, torna-se impossível demonstrar economicidade, avaliar o impacto da produção no orçamento da alimentação estudantil ou fundamentar decisões estratégicas sobre investimentos no setor.

Assim, opina-se pela **não conformidade** com o critério.

Causas: a) Falta de metodologia para valorar os produtos; b) Ausência de integração entre setor produtivo e setor financeiro; c) Registros limitados a quantidades, sem correspondência financeira; d) Inexistência de procedimento formal para mensuração da economia.

Consequências: a) Impossibilidade de demonstrar economicidade; b) Dificuldade de justificar investimentos no setor produtivo; c) Baixa visibilidade institucional da contribuição da produção; d) Fragilidade nos controles financeiros.

Grau de Impacto: Alto

Remetido o Relatório Preliminar às unidades auditadas, a Diretoria Geral, a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Produção do Campo do *campus* Bom Jesus do Itabapoana ponderaram, via e-mail, o seguinte:

Registro a Discordância nesse achado. Conforme informado no achado 4, o campus registra a destinação dos produtos agropecuários através de formulário próprio, em ferramenta institucional através de planilhas no Gsuite, enquanto a DGTI não implementa um software de gestão de produção agroindustrial.

A planilha pode ser acessada pelo link:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1D2gS0O9Wk__tshJIBfrmGqnyN723UleaRn5xCwKAnRk/edit?usp=sharing

Trata-se ainda de uma informação que pode e deve ser aprimorada, no entanto, já conseguimos mapear, por exemplo, a produção dos setores de laticínios, carnes e frutas, onde e no que as matérias primas foram processadas (leite em iogurte, suínos em defumados, frutas em polpas, etc), e o que foi encaminhado para o refeitório, e para o posto de vendas, como excedente de produção.

Em tempo, discordo do critério utilizado para este achado “PDP do IFFluminense”. Não vejo ligação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas com ausência de registros financeiros.

Manifestação da Auditoria Interna: o achado não se limita ao registro da destinação, mas trata principalmente da economia gerada. Em relação ao PDP, trata-se de um dos critérios. Em suma, embora a manifestação tenha esclarecido determinados tópicos, não trouxe elementos capazes de alterar as constatações, conclusões ou recomendações inicialmente apresentadas.

9. RECOMENDAÇÕES

01 – Aprimorar a comunicação formal entre os setores envolvidos na produção agropecuária

Recomenda-se que seja estabelecido um fluxo formal e padronizado de comunicação entre os setores, incluindo: a) Mapeamento dos processos críticos e definição do que deve ser comunicado, por quem e em que momento; b) Padronização de rotinas e documentos (POPs, checklists, formulários); c) Uso de canais oficiais e registrados (sistemas, planilhas, grupos institucionais); d) Revisão periódica dos fluxos, ajustando-os conforme a operação evolui.

Vinculação: Fatos Constatados, Achado 01.

Destinatário: Núcleo Bom Jesus do Itabapoana (DPLANCBJI - Diretoria de Planejamento)

Classificação: 4. Ajuste de objetos

Tipo de Benefício: 2. Não Financeiro

Dimensão do Benefício: 2.2. Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos

Repercussão do Benefício: 2.C. Repercussão Tático/Operacional

02 – Implementar um processo formal e regular de reuniões dos servidores envolvidos na produção agropecuária

Recomenda-se que seja estabelecido um processo formal e regular de reuniões intersetoriais, com periodicidade definida, responsáveis nomeados, atas padronizadas e ferramentas de registro e acompanhamento, garantindo alinhamento contínuo, rastreabilidade das decisões e maior eficiência na comunicação organizacional.

Vinculação: Fatos Constatados, Achado 02.

Destinatário: Núcleo Bom Jesus do Itabapoana (CPCCBJI - Coordenação de Produção do Campo)

Classificação: 4. Ajuste de objetos

Tipo de Benefício: 2. Não Financeiro

Dimensão do Benefício: 2.2. Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos

Repercussão do Benefício: 2.C. Repercussão Tático/Operacional

03 – Formalizar responsabilidades e atribuições dos servidores envolvidos na produção agropecuária

Recomenda-se formalizar responsabilidades e atribuições por função e processo, por meio de descrições de cargos detalhadas, organogramas claros e procedimentos padronizados, a fim de promover clareza operacional, reduzir conflitos e retrabalho, fortalecer a governança e aumentar a eficiência do campus.

Vinculação: Fatos Constatados, Achado 03.

Destinatário: Núcleo Bom Jesus do Itabapoana (DPLANCBJI - Diretoria de Planejamento)

Classificação: 4. Ajuste de objetos

Tipo de Benefício: 2. Não Financeiro



Dimensão do Benefício: 2.2. Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos

Repercussão do Benefício: 2.C. Repercussão Tático/Operacional

04 – Implementar controles padronizados para registro de produção, insumos e movimentações dos setores da produção agropecuária

Recomenda-se implementar controles padronizados, preferencialmente eletrônicos, para registro de produção, insumos e movimentações, abrangendo todos os setores da produção agropecuária. Ao garantir procedimentos claros, uniformes e treinamentos da equipe, assegura-se a integridade, a confiabilidade e a rastreabilidade das informações, fortalecendo a gestão operacional e a governança corporativa.

Vinculação: Fatos Constatados, Achado 04.

Destinatário: Núcleo Bom Jesus do Itabapoana (CPCCBJI - Coordenação de Produção do Campo)

Classificação: 4. Ajuste de objetos

Tipo de Benefício: 2. Não Financeiro

Dimensão do Benefício: 2.2. Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos

Repercussão do Benefício: 2.C. Repercussão Tático/Operacional

05 – Formalizar um fluxo padronizado de registro e envio tempestivo de informações

Recomenda-se formalizar um fluxo padronizado de registro e envio de informações com responsáveis definidos, prazos claros e uso de ferramentas tecnológicas para garantir atualização tempestiva e rastreabilidade.

Vinculação: Fatos Constatados, Achado 05.

Destinatário: Núcleo Bom Jesus do Itabapoana (CPCCBJI - Coordenação de Produção do Campo, CCTAPCBJI - Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária e CCTZCBJI - Coordenação do Curso Técnico em Zootecnia)

Classificação: 4. Ajuste de objetos

Tipo de Benefício: 2. Não Financeiro

Dimensão do Benefício: 2.2. Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos

Repercussão do Benefício: 2.C. Repercussão Tático/Operacional

06 – Institucionalizar um Plano Anual de Produção

Recomenda-se institucionalizar um Plano Anual de Produção, garantindo formalização, alinhamento com o orçamento, uso de dados técnicos, integração entre setores e revisões periódicas.

Vinculação: Fatos Constatados, Achado 06.



Destinatário: Núcleo Bom Jesus do Itabapoana (DPLANCBJI - Diretoria de Planejamento)

Classificação: 4. Ajuste de objetos

Tipo de Benefício: 2. Não Financeiro

Dimensão do Benefício: 2.2. Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos

Repercussão do Benefício: 2.C. Repercussão Tático/Operacional

07 – Integrar o planejamento produtivo ao calendário acadêmico e aos recursos financeiros previstos para o Campus.

Recomenda-se integrar o planejamento produtivo ao calendário acadêmico e à disponibilidade real de recursos, com definição clara de metas, reuniões de alinhamento intersetorial e uso de ferramentas de controle e monitoramento.

Vinculação: Fatos Constatados, Achado 07.

Destinatário: Núcleo Bom Jesus do Itabapoana (DPLANCBJI - Diretoria de Planejamento)

Classificação: 4. Ajuste de objetos

Tipo de Benefício: 2. Não Financeiro

Dimensão do Benefício: 2.2. Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos

Repercussão do Benefício: 2.C. Repercussão Tático/Operacional

08 – Implementar um sistema estruturado de registro para mensuração do ágio financeiro originado da produção agropecuária.

Recomenda-se implementar sistema estruturado de registro, contabilização e mensuração dos produtos, integrando dados produtivos e financeiros, a fim de demonstrar de forma objetiva a economia orçamentária gerada pela produção agropecuária.

Vinculação: Fatos Constatados, Achado 08.

Destinatário: Núcleo Bom Jesus do Itabapoana (DPLANCBJI - Diretoria de Planejamento)

Classificação: 4. Ajuste de objetos

Tipo de Benefício: 1. Financeiro

Dimensão do Benefício: 1.2. Gastos indevidos evitados

10. CONCLUSÃO



A presente Auditoria Interna evidenciou que o campus dispõe de estrutura produtiva relevante, corpo técnico e docente qualificado e capacidade para a execução de atividades agropecuárias de ensino, pesquisa, extensão e apoio à alimentação estudantil, demonstrando potencial significativo para geração de valor institucional, acadêmico e social.

Constatou-se, de forma positiva, o engajamento dos setores produtivos e do Colegiado, que, mesmo diante de limitações estruturais que narram, vêm buscando manter a produção ativa, cumprir o calendário acadêmico e atender às demandas institucionais.

Destaca-se, ainda, a existência de iniciativas normativas, como a Ordem de Serviço nº 16/2021, bem como esforços individuais e coletivos para registro das atividades, ainda que de maneira descentralizada, o que demonstra compromisso com a continuidade das operações e com os objetivos institucionais.

Todavia, a Auditoria identificou que tais esforços não são sustentados por um modelo formal de governança, planejamento e controle, o que resulta em fragilidades sistêmicas nos fluxos de comunicação, na articulação intersetorial, na definição de responsabilidades, no planejamento da produção, no registro e tratamento das informações e na mensuração dos resultados financeiros da atividade agropecuária.

Essas fragilidades comprometem a eficiência operacional, dificultam a rastreabilidade das informações, limitam a capacidade de planejamento e impedem a adequada demonstração da economicidade e dos benefícios gerados pela produção interna.

No que se refere à dimensão orçamentária, a Auditoria constatou que, embora haja execução de despesas relacionadas à produção agropecuária, o orçamento não se encontra adequadamente integrado ao planejamento produtivo, sendo acionado de forma predominantemente reativa. A inexistência de um plano anual de produção vinculado ao orçamento, aliada a falhas de planejamento e aquisição tempestiva de insumos, resultou em pressões orçamentárias evitáveis, como demonstrado pelas aquisições emergenciais realizadas em 2023.

Ademais, a ausência de registros financeiros sistematizados sobre a destinação dos produtos agropecuários impede a mensuração objetiva da economia gerada, limitando a capacidade de demonstrar eficiência, economicidade e retorno institucional dos recursos públicos empregados nos setores.

Os achados demonstram que os principais desafios enfrentados pelo *campus* decorrem da necessidade de formalização, padronização e integração dos processos, de modo a transformar práticas atualmente baseadas em esforços individuais e soluções pontuais em procedimentos institucionais estruturados, previsíveis e auditáveis.

Nesse contexto, as recomendações apresentadas visam fortalecer a governança da produção agropecuária, promovendo maior clareza de papéis, comunicação formal e tempestiva, planejamento integrado ao



orçamento e ao calendário acadêmico, padronização dos registros produtivos e financeiros e mensuração objetiva dos resultados alcançados.

A implementação destas medidas permitirá não apenas a mitigação dos riscos identificados, mas também o aprimoramento da gestão, a valorização institucional da produção agropecuária e o fortalecimento da prestação de contas à sociedade.

Conclui-se, portanto, que o *campus* possui bases sólidas para evolução, sendo necessário direcionar esforços para a institucionalização de práticas de gestão e controle, de forma a potencializar os resultados já alcançados, assegurar a sustentabilidade das atividades agropecuárias e alinhar plenamente a produção aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e boa governança pública.

Destaca-se que a finalidade da Auditoria Interna é agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos e um melhor aproveitamento dos recursos envolvidos por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.

Campos dos Goytacazes, 20/01/2026

Elaborado por
Rosana Alves Gama Souza da Silva
Auditora

Revisado por
Livia Louzada de Moraes
Auditora

Supervisionado por
Artur de Assis Rangel Crespo
Chefe da Auditoria Interna